

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Tribuna da Imprensa (Rio de Janeiro) Class.: 588

Data 26 de dezembro de 1985 Pg.:



A questão indígena poderá ganhar mais força em 1986 e o CIMI alerta para os compromissos que as instituições governamentais devem assumir com os índios, resguardando o direito à demarcação de suas terras.

CIMI quer diálogo e exige compromissos com os índios

BRASÍLIA - "A Igreja não se recusa ao diálogo em pé de igualdade, com os órgãos competentes, mas não pode converter sua missão numa assessoria ou cobertura de políticas indigenistas que pretendam substituir ou enfraquecer a participação dos próprios indígenas neste diálogo." Esta foi a posição manifestada pelo CIMI - Conselho Indigenistas Missionário -, cujos dirigentes foram convocados para uma conversa com a Funai pelo atual presidente do órgão, Apoená Meirelles.

Após atuar vários anos como crítico da política indigenista oficial, o CIMI afirma, em documento divulgado em Brasília, que aceita o diálogo entre os representantes da política indigenista oficial e a Igreja, desde que ele se faça "com transparência, de forma que a população indígena do país e a opinião pública tenham inteiro conhecimento dos assuntos

tratados". Os dirigentes do CIMI assinalam que as eventuais reivindicações da Igreja estão ligadas às próprias reivindicações dos índios: demarcação das terras, autodeterminação, reconhecimento de padrões culturais diferenciados da sociedade nacional e condições de uma vida digna e respeitada.

Os missionários, em resposta ao diálogo proposto por Apoená Meirelles, elaboraram um documento intitulado "bases para o diálogo entre a Igreja missionária e o estado: demarcação e garantia de territórios e o fim da violência; exigências para uma nova política indigenista."

O CIMI faz um balanço da situação vivida pelas comunidades indígenas e pede o afastamento da Funai de funcionários com práticas antiindígenas. "Neste limiar entre um regime autoritário e uma democracia - afirmam - esperamos que também a questão indígena receba

um tratamento democrático na formulação da política indigenista oficial, como também na escolha dos funcionários que deveriam executar esta política."

O CIMI quer ainda, a punição dos responsáveis pelos crimes cometidos contra índios e missionários nos últimos anos. "A denúncia, o pedido de punição para os criminosos e a exigência de terras demarcadas - afirmam os missionários - não significam revanchismo. É a ruptura com velhas práticas genocidas e etnocidas."

Entre outros crimes contra missionários que atuam não só junto aos índios mas também entre posseiros, o CIMI cita a morte da irmã Cleusa Rody Coelho, padre Ezequiel Ramin, Rodolfo Lunkeibein e João Bosco Burnier, e entre índios os assassinatos de Angelo Kretan no Paraná e Marçal de Souza, no Mato Grosso do Sul.